



Melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público

Tipo de prática: Boa Prática

País: Bulgária

abril de 2014

Designação da prática	Ministração de formação a juízes e magistrados do Ministério Público juntamente com outras profissões
Principais características:	<p>Sempre que se torna claro que o trabalho dos juízes e magistrados do Ministério Público não pode ser examinado separadamente, pois pode misturar-se com o de várias outras profissões, jurídicas e não jurídicas, alguns estabelecimentos de formação realçam o valor acrescentado da formação ministrada a um público misto.</p> <p>Argumenta-se que esta abordagem é muito bem-sucedida, com base no valor acrescentado que representa para cada grupo-alvo de participantes que, dessa forma, são capazes de observar a evolução de um determinado processo do ponto de vista de outra profissão. Tal permite que todos os intervenientes dentro e fora do domínio judicial demonstrem uma compreensão e um nível mais elevado de sensibilização para com a administração da justiça no seu conjunto.</p> <p>Na Bulgária, é aplicada, de forma generalizada, uma abordagem mista genérica à formação em muitos aspetos da formação judiciária. As atividades de formação foram alargadas de modo a incluir: grupos de formação mistos, dentro e fora do sistema judiciário, equipas de formação mistas, formatos de formação mistos e ações de formação institucionais mistas dentro e fora do sistema judiciário. Os grupos de formação mistos são compostos por vários profissionais e podem incluir: juízes, magistrados do Ministério Público, investigadores judiciais, a administração judicial, forças policiais de investigação, funcionários do Ministério da Justiça, juristas bancários, especialistas em meios de comunicação social/jornalistas.</p> <p>Esta abordagem revelou-se muito bem-sucedida, uma vez que a</p>

	<p>possibilidade de cada grupo-alvo de participantes observar o processo do ponto de vista de outra profissão representa uma mais-valia. Tal permite que todos os intervenientes dentro e fora da comunidade judiciária desenvolvam uma compreensão e um nível mais elevado de sensibilização em relação à administração da justiça no seu todo.</p>
<p><i>Contactos da instituição</i></p>	<p>Instituto Nacional de Justiça (INJ) 14 EkzarhYossif Str. BG 1301 Sófia Bulgária Telefone: + 359 2 9359 100 Fax: +359 2 9359 101 Endereço de correio eletrónico: nij@nij.bg Sítio Web: http://www.nij.bg</p>
<p><i>Outras observações</i></p>	<p>Os estabelecimentos de formação poderão querer considerar a possibilidade de transferência do sistema descrito acima, o que pode ser qualificado como uma BOA PRÁTICA, em circunstâncias especiais, caso seja atribuída competência aos estabelecimentos em causa para organizarem ações de formação dirigidas a outras profissões que não as próprias ou em parceria com outros estabelecimentos nacionais.</p>

Fonte: Projeto-piloto - Formação Judiciária Europeia: «Lote 1 – Estudo sobre as melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público», realizado pela Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ)